

Desde que foi emitida a segunda onda de Rádio existe a possibilidade de ...

Interferências de Rádio-freqüência

Disciplinando o uso do Espectro ✦

Olhemos para a história das Telecomunicações: ela registra que desde 1860 falava-se em ondas de rádio, ondas hertzianas, "coesor" - que mais tarde permitiu a telegrafia sem fios. Em 1895 surge a antena e transmissões experimentais são efetuadas. Nesta época consegue-se a façanha de uma comunicação a 250 km de distância. No ano de 1900 aparelhos radiotelegráficos vão para bordo de navios. O Padre brasileiro Landel de Moura coloca voz no rádio em 1904, que até então só transmitia telegrafia. Em 1915 surgem as "broadcastings", as chamadas emissoras comerciais, idealizadas por David Sarnoff. Os registros históricos dizem que por 1920 nova descoberta veio ampliar mundialmente a radiodifusão: as comunicações à grande distância através das ondas curtas. Quem as descobriu não foram os cientistas ou as empresas comerciais, mas a nova categoria dos **radioamadores**; curiosos, que manipulavam aparelhos emissores de rádio-freqüência para seu próprio prazer, sem fins lucrativos, movidos pelo simples intuito de entrar em contato com outras pessoas à distância. Esta é a essência da origem do radioamadorismo, que está inclusive presente no texto da Norma 31/94, do Ministério das Comunicações, quando define que: "**... o Serviço de Radioamador é a modalidade de rádio-comunicação destinada ao treinamento próprio, a intercomunicação e a investigações técnicas, por interessados na radiotécnica a título pessoal, sem qualquer objetivo pecuniário ou comercial**".

LUTA DESIGUAL

Mesmo em 1920 começam a surgir os primeiros conflitos sobre o uso do espectro de rádio-freqüência. Embora pequena a quantidade de rádio-emissoras, as interferências entre estações de diferentes serviços começaram a prejudicar as comunicações. Na época o fato estava mais ligado à limitação técnica do equipamento rudimentar utilizado. Impunha-se uma regulamentação de caráter internacional. Estaremos diante do mesmo fenômeno em pleno século 21, se os governos não impuserem um ordenamento que coíba as transmissões clandestinas. O desconhecimento técnico pode nos levar ao caos. No passado ano de 1925 foi criada a União Radiotelegráfica Internacional. Os governos entenderam-se sobre a necessidade de definir as freqüências e assegurar-lhes o emprego mais eficaz possível. A primeira regulamentação entrou em vigor em novembro de 1926. Em 1932 é criada a **ITU - União Internacional de Telecomunicações**. É uma agência especializada intergovernamental, com sede em Genebra, destinada a promover a cooperação internacional no campo das telecomunicações. Dentre outras finalidades está a distribuição de freqüências em âmbito internacional, para evitar interferências prejudiciais. O Brasil é um país integrante da ITU e signatário de suas Convenções. Ou seja, a cada 5 anos, quando se realiza a Conferência Plenipotenciária, o governo brasileiro envia representante para dela participar. Também participam destas Conferências as Entidades representativas de fabricantes de equipamentos de telecomunicação, de operadoras de telecomunicação e de emissoras comerciais de rádio e TV. Estas Entidades, todas com fins lucrativos, a cada conferência tentam ampliar suas vantagens quanto a concessão do espectro, cada vez mais exíguo. E interferindo nesses interesses movimenta-se milhões de dólares, concorrendo em desigualdade com os objetivos dos radioamadores mundiais.

QUEM PAGA ?

Somos permissionários do uso do espectro de rádio-freqüências, mas que, por não visarmos lucros, também não canalizamos vultosas somas em tributos para os governos, poder concedente desse espectro. Torna-se necessário que os radioamadores também tenham a sua entidade representativa na Conferência, que é a **IARU - International Amateur Radio Union (União Internacional de Radioamadores)**. Ninguém discute, e muito menos duvida, da capacidade financeira dos governos ou das entidades representativas daqueles que exploram comercialmente as telecomunicações para enviar representantes às Conferências. Mas... e os radioamadores? A IARU necessariamente deve ser mantida pelos radioamadores. Não há

subsídio governamental algum para a manutenção desta Entidade. É aí que entra a necessidade de nossa adesão à essa Entidade Internacional para torná-la auto-sustentável financeiramente, aderindo a nossa Entidade Nacional, a LABRE. A IARU só reconhece uma única Entidade por país. A LABRE é, portanto, a Entidade Nacional de Radioamadores reconhecida pelo Governo brasileiro e pela IARU. Aqui no Brasil existia em 2003 apenas 32.205 radioamadores habilitados pelo governo brasileiro para o Serviço. No entanto, por uma faculdade legal, menos de 10 por cento destes eram filiados à LABRE. Sabe-se também que, por desatualização cadastral, muitos dos habilitados são operadores inativos e até falecidos.

SEJA CIDADÃO.

DENUNCIE AS INTERFERÊNCIAS À ANATEL

Pela dimensão territorial brasileira torna-se muitas vezes ineficaz o nosso sistema oficial de monitoramento e rastreamento de interferências clandestinas e legais na faixa de rádio-freqüência. É comum nós, os radioamadores operativos, passar vexame internacional, quando durante um comunicado os colegas de outros países nos perguntam o que estamos fazendo, permitindo que a clandestinidade invada as faixas destinadas ao Serviço de Radioamador, perturbando as comunicações à nível mundial. Mesmo que a interferência não lhe cause diretamente problemas, isso não reduz a responsabilidade individual de agir como cidadão. Faça sua denúncia. Ela poderá ser só mais uma, mas irá pressionar a autoridade oficial para a ação. Precisamos ter responsabilidade e agirmos individual e coletivamente, em defesa das nossas porções espectrais, dentro da lei, com ética e responsabilidade social.

Vale sempre lembrar a frase do Coordenador Internacional do Sistema de Monitoramento da IARU, colega radioamador **Bob Knowles**, indicativo **ZL6IW**, que diz: Se um intruso invadir sua casa, você o ignorará na esperança de que ele sairá voluntariamente ?